

TERRITÓRIO RETICULAR E OS CONSTRANGIMENTOS AOS TERRITÓRIOS DO COTIDIANO

Lídia Lúcia Antongiovanni¹

A globalização perversa que reafirma as brutais concentrações de terra e renda, as formas de produção cada vez mais corporativas cujo fundamento é a busca incessante do lucro, acaba por estimular a afirmação e o surgimento das diferenças. Diferenças tanto no sentido da diversidade cultural quanto no sentido daquilo que posso ou que não posso, o que eu tenho e o que eu nunca vou ter. Esta "consciência universal" de que fala Milton Santos (2000), mesmo se dando pela experiência da escassez, traduz-se em um poder que emana do território do cotidiano.

Não é pois mero acaso o surgimento de inúmeros trabalhos nas ciências sociais e na geografia em particular que buscam entender como, mesmo com toda a vontade homogeneizante do capital, há a construção de resistências, fortalecidas a cada dia. Estas, genuinamente gestadas nos territórios, são também a construção de outros territórios.

Algumas manifestações de resistências claramente elaboradas no território do cotidiano² chamam a atenção dos geógrafos, particularmente aquelas mais urbanas. Tal é o caso do Hip Hop³. Aqui a própria co-presença, o cotidiano aglomerado das metrópoles incita ao encontro, ao convívio diário, o que aliado a uma apropriação/subversão⁴ das tecnologias da comunicação vai produzir um movimento de afirmação cultural, política e econômica de

¹ Doutoranda Universidade Federal Fluminense - Departamento de Geografia
leantongiovanni@uol.com.br

² - Ana Clara Torres Ribeiro nos alerta para a tendência de idealização do cotidiano que é também o lugar do terror, do pavor. E pode ainda ser alienado. (palestra no Encontro com o pensamento de Milton Santos, Campinas 26, 27 e 28 de junho de 2002).

³ - Tivemos a oportunidade de colaborar num projeto coordenado pelo Professor Milton Santos (e também com a colaboração de Maria Laura Silveira) intitulado "Lazer e Empregabilidade no Brasil", através do SESC-SP. Neste trabalho um dos elementos pesquisados foi a geração de emprego dito informal, associado aos diversos lazeres na cidade de São Paulo. E o hip hop nos chama a atenção justamente neste contexto, uma das manifestações culturais mais auto-organizadas e politizadas que surgem nos dias atuais, que conseguem agregar as pessoas, criar trabalho e emprego. E neste caso há em comum entre os manifestantes a experiência da escassez. (SANTOS, Milton. Lazer e Empregabilidade no Brasil – SESC – Serviço Social do Comércio – SP. Com a colaboração de Maria Laura Silveira e Lídia Lúcia Antongiovanni. São Paulo, março de 2000. mimeo)

⁴ - "As novas formulações elaboradas pelos antropólogos sobre a possibilidade de uma "modernidade alternativa" mostram a aptidão das sociedades e seus diversos componentes para desviar, desencaminhar, perverter os instrumentos pelos quais essa diferença se encontrava sob tutela." (MATTERLAT, Armand. Comunicação Mundo. História das idéias e das estratégias. Petrópolis, Vozes, 1994)

grandes parcelas da população periférica⁵. A cidade, que favorece o encontro dos diferentes é vista, então, como o lugar privilegiado das contra-racionalidades.

Nesta perspectiva, como podemos olhar os inúmeros movimentos do campo? Das organizações cooperativas? Do reconhecimento (ainda que lento) das terras quilombolas acompanhado da organização do movimento nacionalmente? Da crescente organização dos indígenas? (só para citar alguns exemplos).

Nestas comunidades essencialmente agrárias, a experiência da aglomeração vivida nas grandes cidades não seria válida (nas mesmas proporções). Mas a experiência da escassez, produzida pelas lógicas das modernizações do território solicitadas pelas grandes corporações, traz à tona a obviedade das disparidades, o que une grandes porções da população do campo que querem permanecer no campo e poder viver do campo.

O relativo isolamento do norte do Espírito Santo

É corrente encontramos bibliografia sobre o Espírito Santo falando do isolamento deste estado em relação ao país.

De fato há um relativo isolamento (relativo pois é isolamento da expansão do meio-técnico científico-informacional, isto é, de um determinado modelo de desenvolvimento). Conforme Sérgio Buarque de Holanda, 1999 (p. 106):

Este relativo isolamento do Espírito Santo se dá desde a colônia, em especial ao norte do Rio Doce com a presença dos Aymorés. "O litoral do Espírito Santo, o 'vilão farto' de Vasco Fernandes Coutinho, assim como a zona sul-baiana, as antigas capitânicas de Ilhéus e Porto Seguro, permaneceram quase esquecidos dos portugueses, só porque, justamente nessas regiões, logo se abriram grandes claros na dispersão dos tupis, desalojados pelos primeiros habitantes do lugar. Handelmann chegou a dizer, em sua História do Brasil, excetuando o alto Amazonas, era essa zona mais escassamente povoada de todo o Império, e espantava-se de que, após trezentos anos de colonização, ainda houvesse uma região tão selvagem, tão pobremente cultivada, entre a baía de Todos do Santos e a baía do Rio de Janeiro. No Espírito Santo, para manterem os raros centros povoados, promoveram os portugueses migrações artificiais de índios da costa que os defendessem contra as razias de outros gentios. E só no século XIX, graças ao zelo beneditino de Guido Tomás Marlière, foi iniciada a catequese dos

⁵ - A noção de periferia é utilizada não como localização (longe do centro) mas como lugar desprovido de condições básicas para a vida. Pode estar em qualquer parte da cidade. Mas é claro que no caso de São Paulo, por exemplo, as distâncias dos centros econômicos e das porções da cidade que têm mais serviços públicos (saúde e educação) também são fator de periferização.

que se presumem serem os últimos descendentes dos ferozes aimorés das margens do Rio Doce, em outros tempos, o flagelo dos colonos."

Esta retirada forçada dos aimorés para o norte (noroeste) (serra dos aimorés) tem duplo sentido. De um lado justificava-se não abrir caminho entre Minas e Espírito Santo (no auge da exploração de ouro) pois havia a resistência dos ferozes aimorés. Mas também era preciso conter a entrada de invasores da colônia e, portanto, decretar a proibição de abertura de caminhos naquela direção, optando por escoar o ouro pelo Rio de Janeiro. Neste caso então a presença dos aimorés seria até conveniente... Outra questão relacionada é que aquela porção do território tornou-se propícia a atividades ilegais, tal como a perduração do tráfico de escravos (o porto de São Mateus recebe o último navio com escravos que chegou ao Brasil).

No final da década de 1960 Bertha Becker faz sua tese de livre-docência intitulada *O Norte do Espírito Santo região periférica em transformação* (UFRJ, 1969), caracterizando (através de um estudo de caso – O café no município de Pancas) o que ela denominou de "transformação de uma região periférica deprimida e o início de sua integração à região núcleo o país". (introdução) (a substituição dos cafezais – política de erradicação do café é substituída pelo gado).

Os anos 1960 e 1970 são de afirmação desta tendência, quando o território capixaba recebe os chamados grandes projetos corporativos que aí se instalam desde os anos 1940 com a Companhia Vale do Rio Doce e posteriormente com a entrada da Companhia Siderúrgica de Tubarão, Petrobrás e Aracruz Celulose. E hoje há uma outra etapa de modernizações em direção à expansão das corporações. A Aracruz inaugurou recentemente mais duas fábricas; a CST se amplia diversificando seus produtos; a exploração do petróleo no litoral e no continente; os gasodutos. Acompanha esta ampliação o crescimento do número de instituições de ensino superior; tecnificação da agricultura (voltada para exportação) de mamão e coco (que muitas vezes substituem o café) além da fruticultura; empreendimentos imobiliários (turísticos ou não); ampliação do aeroporto de Vitória e transformação e aeroporto internacional, surgimento de aeroportos em cidades do interior (São Mateus e Cachoeiro); heliportos; ampliação de avenidas em Vitória, entre outros elementos que apontam esta expansão (citando apenas o que é mais visível).

Esta nova expansão é acompanhada de um discurso de afirmação da identidade do Estado, com a difusão de elementos de uma cultura Capixaba: a moqueca capixaba lidera na culinária, o congo está presente no Rock, reggae, congo de algumas bandas capixabas (Casaca, Macucos, Rasta Clone). Além deste há outros vários movimentos de (re) descoberta das identidades culturais, pela preservação de comunidades, do patrimônio

histórico e ambiental. Há também uma divulgação das diversidades culturais (italiana, pomerana, alemã...).

Ao mesmo tempo em que o norte do Espírito Santo fica relativamente fora da expansão do meio técnico-científico-informacional, resistências são constituídas.

De fato, o território capixaba apresenta uma grande diversidade social com muitos elementos tradicionais ainda preservados. Ao nos depararmos com esta diversidade e a brutalidade da convivência entre grandes investimentos corporativos e as comunidades indígenas, quilombolas, pequenos agricultores, fica evidente a problemática da desterritorialização no sentido atribuído por Milton Santos de estranhamento:

“Desterritorialização é, freqüentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturização.” (A Natureza do Espaço, p. 262)

Ao mesmo tempo, há territorializações e reterritorializações conduzidas pelas próprias comunidades (que não estão somente no campo mas também nas cidades), pelo próprio cotidiano bem como através da organização comunitária e participação de movimentos sociais.

E é neste embate entre as modernizações (solicitadas em nome do desenvolvimento e solicitadas tanto por empresários e governantes e por grande parcela da população que busca ascensão social) e as comunidades tradicionais que está nosso campo de preocupações.

Dentre as possibilidades para estudar este embate, propomos analisar a coexistência de um ator vetor da globalização – a Aracruz Celulose e as comunidades diretamente impactadas. Suas concretudes e suas ações coexistindo. E este relativo isolamento do norte do Estado (embora seja difícil delimitá-lo, tornou, a nosso ver, esta porção do território propícia à instalação deste tipo de produção já que as terras não eram valorizadas e não se reconhecia, naquela época, o direito de propriedade da terra dos quilombolas, nem dos indígenas.

Usos do território

Com a devida cautela para não reproduzirmos o mesmo discurso, é preciso explicitar o papel da ciência da técnica e da informação como motores da atual globalização para que possamos pensar o território. Mas é preciso analisar a sociedade civil em questão (mesmo que não se trate exatamente de uma sociedade civil pois boa parte não tem seus direitos mínimos garantidos ou ainda não querem estar sob as mesmas leis). Senão podemos cair no erro, freqüente nos dias atuais, de propormos apenas técnicas conciliadoras ou paliativas para minorar os problemas causados pelo processo como um todo. Isto é freqüente, por

exemplo, quando se fala em planejamento urbano, planejamento ambiental que resultam em políticas muitas vezes chamadas de "alternativas" ou ainda naquilo que se costuma chamar de parcerias. Que espécie de parceria uma comunidade quilombola pode fazer com uma multinacional? Como uma comunidade pode, de fato, beneficiar-se disto? Aqui novamente o que surge são medidas paliativas, conciliadoras. As disparidades, entretanto permanecem. Disparidades em vários campos: espaço ocupado; lucro; utilização de recursos físicos e humanos (dispor de pessoas como "recursos humanos"); uma crescente privatização dos bens sociais.

Pensamos, então, que análise dos atritos, dos abusos, das incongruências desta convivência pode nos auxiliar a compreender a produção de um território híbrido. Nos parece assim, que a idéia de *zonas de contato* pode ser elucidativa. Isto é, estas zonas de contato seriam mostras significativas da coexistência destas temporalidades diferentes. Apesar da rigidez que os territórios tendem a alcançar com a expansão do meio técnico-científico-informacional, os usos são muito diferenciados.

Ideologicamente as empresas planejam suas ações como se de fato não precisassem se relacionar com o território em que está instalada. Mas a cada dia torna-se mais evidente que este relacionamento não só existe como também não é possível de ser controlado como algumas corporações desejam, resultando em grandes conflitos sociais e socioambientais.

Portanto, infra-estruturas ou as estruturas das empresas não devem ser pensadas como algo de fora como se elas pudessem estar lá sem se relacionar com o meio, com a sociedade local. A empresa nasce sim de um projeto corporativo mas, antes mesmo da escolha do lugar e de sua instalação, arranjos políticos locais com base na economia (no crescimento) (migrações, especulação imobiliária, conjunto de leis e normas, etc) são, necessariamente, articulados. Portanto à instalação propriamente dita precede todo um arranjo normativo, socio-econômico, a publicidade, deslocamento de pessoas (entre outros). A corporação nasce, assim, a partir do território simultaneamente com o projeto econômico em questão.

Algumas comunidades, consideradas tradicionais são hoje, em certa medida, já incorporadas de parcelas do "moderno". Devida, de um lado, à própria ampliação dos meios de comunicação (seja rádio, televisão, celulares, em menor grau o computador) e da produção e circulação de informação, apropriadas pelas diferentes parcelas da população. Soma-se a isto uma materialidade rígida que se instala, em geral, de forma autoritária mas que traz a tona outras possibilidades, ao mesmo tempo que enrijece, empobrece e promove um relativo isolamento de algumas populações.

Porém, passados séculos de um desenvolvimento econômico pautado no conhecimento científico, outros saberes, próprios de heranças culturais e da própria vivência com a natureza não só continuam vivos como são chamados a se manifestarem. Seja pela auto-organização, seja pela busca da ciência em "registrar" esses conhecimentos (ou ainda pela idéia de "resgate cultural"). Estas manifestações são, em muitas medidas estimuladas e fortalecidas, entre outros fatores, pela comunicação-informação planetária.

A polêmica em torno do que é comunicação e do que é informação é extensa, complexa. Estamos entendendo comunicação fundada na emoção que se dá no cotidiano em geral, com a troca direta. E a informação, fundada na razão se expressa nas racionalidades sistêmicas.

A comunicação pode ser considerada como um conjunto de relações que se estabelecem entremeadas de território. Isto é, comunicar significa, também, usar o território. São diferentes os usos (nas suas possibilidades e oportunidades, necessidades atendidas ou reprimidas).

A busca pela fluidez

Na busca por entender a produção da fluidez territorial trazemos a preocupação em refletir acerca das brutais transformações trazidas às possibilidades e os diversos graus de oportunidade de comunicação individual e coletiva, trazidas com a matematização do território.

O fundamento da construção da fluidez territorial é a busca do controle do território (é um dos elementos do controle do território que mais se impõem à sociedade). É a base do poder das empresas e também do Estado; é poder sobre o território. Configura-se, então, uma nova geopolítica baseada nesta construção da fluidez territorial. A obtenção, por parte dos atores hegemônicos, da fluidez territorial implica, necessariamente, numa imobilidade relativa da maioria dos atores sociais.

Os eixos da produção desta fluidez estão na produção e circulação de informação; nos grandes sistemas de engenharia e na produção de normas.

A produção da informação, neste caso, é também comunicação empresarial, e é sobretudo produção de informação sobre o território e a produção do discurso corporativo (publicidade, marketing, relações sociais da empresa); a circulação da informação, isto é, as possibilidades de interconectar matéria e informação; os grandes sistemas de engenharia cada vez mais interligados e controlados, além de constantemente modernizados para atender a especializações produtivas; a criação de normas (regulações; desregulações, etc) que possibilitam a constante ampliação da capacidade de circulação do capital, tanto no plano nacional quanto no plano internacional.

É com as telecomunicações que se separa uma "geografia dos transportes" e uma "geografia das comunicações". A nosso ver, para analisar o espaço geográfico, sob a perspectiva das comunicações devemos ainda considerar a circulação no terreno uma vez que esta propicia a troca, o encontro que em sentido amplo significa comunicar.

Nos preocupam os rumos desta comunicação estabelecidos pela constante busca por fluidez territorial levada a cabo pelos atores hegemônicos da produção capitalista, pautada numa extrema racionalidade e no dinheiro o que se choca com as possibilidades do corpo humano e seus limites freando os movimentos pautados nas relações comunitárias; freando tanto por não permitirem a circulação (pela falta de dinheiro para circular onde é "permitido" bem como pela vigilância nos locais onde as empresas monitoram e vigiam), por serem obstáculos (na forma de pontes, represas, gasodutos, linhas férreas) que passam por terras indígenas, quilombolas, isolam agricultores, entre outros.

Somam-se a isto os discursos das empresas e do estado (através do marketing – que inclui o meio ambiente – e a publicidade), pregando a modernização do território como inevitável e como a única solução para o chamado progresso social.

O aumento dos meios de comunicação e das vias de circulação não é acompanhado pelo aumento da circulação e da comunicabilidade de pessoas. Em números absolutos sim (pois há de fato um aumento da necessidade de circulação sobretudo para o trabalho) mas, qualitativamente, há um enrijecimento da circulação. A vias de circulação são cada vez mais rígidas e obrigam as pessoas a se equiparem individualmente para poder percorrer determinado caminho.

A rigidez imposta aos territórios, vinda com a Aracruz Celulose (e outras empresas em consonância com ela), deixou dezenas de pessoas privadas, entre outras privações, do direito de ir e vir, de circular, isoladas pelas plantações altamente técnico-científicas-informacionais.

Uma das fabulações da globalização é o constante apelo à "facilidade" de circulação, à necessidade de circular pelo território, como se de fato ela fosse verossímil para a maioria.

Constrangimentos

Vários são os constrangimentos à circulação material e de fruição da vida cotidiana conseqüentes do avanço do meio técnico-científico-informacional. Tais constrangimentos podem estar mais explícitos no território pela sua própria materialidade ou pela elaboração de normas: constrangimentos pelas formas e pelas normas.

Um dos constrangimentos que está se mostrando extremamente grave é o enorme uso de água que a produção de celulose exige. Inúmeras interferências nas dinâmicas das

águas são necessárias para suprir de água a produção (tanto para a própria extensão plantada como para o processamento de celulose) tais como barragens, inversão do curso de rios, desvios de rios.

A própria fábrica – seu tamanho, forma, funcionamento é um constrangimento; a construção de redes de energia elétrica e o seu uso; as estradas usadas para o transporte de mercadorias e de trabalhadores; os portos, toda a materialidade imposta.

Outro elemento é a produção de conhecimento cientificista sobre o território e levada a cabo pelo Marketing e pela publicidade.

Soma-se a isto a elaboração e implementação de políticas das empresas com o auxílio das políticas públicas.

Como uma das conseqüências a circulação das pessoas fica limitada tanto entre as comunidades tradicionais quanto para utilização, por exemplo, de serviços públicos como os de saúde e educação; os pequenos agricultores encontram cada vez mais dificuldades para fazer seus produtos circularem.

Os caminhos que os quilombolas percorriam cujos referenciais eram vales, morros, sítios, plantações (roças), caminhos de boi, córregos e riachos são hoje um traçado cartesiano de eucaliptos. As comunidades da região que pudemos visitar têm fortes referências nos nomes dos rios e córregos que foram secando até desaparecerem.

A falta de água e sua má qualidade têm feito, ao longo dos anos, várias comunidades deixarem suas terras.

As comunidades indígenas e quilombolas encontram dificuldades para produzir sua subsistência devido à brutal transformação do ambiente: não é mais possível colher na mata matérias-primas necessárias para a sobrevivência: madeira para carvão, sementes de plantas para artesanato, manutenção da culinária, a pesca, etc.

O território reticular serve exclusivamente para a produção de alguns setores privilegiados que comandam o território através da sua racionalização. O território produzido pela empresa passa a ser cada vez menos vivido e sim cada vez mais monitorado (o que é, em geral, feito à distância) e policiado (de perto) pelos sistemas de vigilância, de "segurança" das empresas.

A própria natureza da atividade torna os lugares perigosos pois são desertificados, desarticulados do cotidiano pela lógica do espaço binário. Ocorre a transformação da paisagem diversificada por uma paisagem monotônica. Uma paisagem repetitiva que desorienta. Não somos capazes, muitas vezes, de reconhecer os lugares. As paisagens

esvaziadas de cultura local tornam-se lugares perigosos mais para as pessoas que para as empresas.

Portanto, a vigilância exercida pelas empresas tem como fim assegurar o seu patrimônio, ou melhor, a sua apropriação do território. A empresa então quando cria sistemas de segurança está, na verdade, criando um tipo de violência.

A utilização desproporcional do território por parte destas empresas que têm como um dos fundamentos a necessidade cada vez maior de território as torna grandes produtoras de periferias, de populações deslocadas, cotidianos empobrecidos, populações submetidas à violência imposta por este modelo de desenvolvimento pautado no controle, por parte das empresas, do uso material e político do território.

Em alguns depoimentos de famílias que moram em São Mateus (norte do Espírito Santo) tendo vendido suas terras por preços irrisórios para a Aracruz Celulose foi possível perceber que o fato de estar "mais perto" dos serviços (médico, mercado) era um elemento considerado positivo para as famílias que tiveram que mudar para a cidade.

O que de fato é, em parte, ilusório, pois o que se encontra são mais imobilidades causadas sobretudo pela dependência em comprar o necessário para a sobrevivência (em especial a alimentação) além de ter que pagar pelo transporte (em geral mal organizado e escasso). Muitos já tão invadidos se esqueceram de uma época em que podiam ir de um sítio a outro sem tantos constrangimentos.

A própria materialidade (extensão) e racionalidade ("otimização" da extensão plantada) das vastas monoculturas de eucalipto que tomam conta de enormes porções do território do Sul da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo (além do projeto de estender esta produção para o Rio de Janeiro) é um constrangimento que desorienta.

Políticas públicas e políticas das empresas produtoras de constrangimentos

As políticas públicas de comunicação e de circulação são voltadas para a visão empresarial do território. A circulação de pessoas é entendida como circulação de consumidores e/ou trabalhadores. Isto é os fluxos têm que ser direcionados conforme as demandas das empresas sejam indústrias, serviços, comércio em geral. A circulação não é vista como um direito, como uma necessidade humana. A circulação hoje demanda essencialmente dinheiro (distância-tempo e distância-custo, numa linguagem econômica).

A sociedade em geral jamais é chamada a debater o acesso e as concessões dos meios de comunicação (uma rede de televisão, rádio ou jornal). A produção de notícias também é monopólio de algumas agências e estas são reproduzidas tanto nacionalmente quanto internacionalmente.

Outros elementos relacionados às políticas públicas são os deslocamentos de comunidades para Vitória e adjacências, que seriam mão de obra para as indústrias além de "desocupar" a área para instalação da empresa. Exemplo disto é o caso do Morro de São Benedito em Vitória para onde muitos negros das comunidades de São Mateus foram deslocados.

Nas histórias contadas por moradores que vivem em quilombos na região de São Mateus e na cidade, aparece, muitas vezes, menção aos parentes que vivem em Vitória, em particular no Morro de São Benedito. E, em geral, são parentes que eles nunca mais viram (há 10, 20, 30 anos).

As políticas públicas também são responsáveis (até certo grau) por normatizações e regulamentações relacionadas a rotas para o transporte coletivo, de cargas, investimentos em transporte público amplo, a abertura ou não de estradas, entre outros.

Outro elemento de análise complementar ao anterior são as políticas de expansão territorial da empresa voltadas particularmente à produção de fluidez. As estratégias de marketing; produção de informação sobre o território: produção de informação cartográfica, pesquisas científicas que fundamentam a empresa; a publicidade e as relações com as comunidades. A publicidade relativa ao 'meio ambiente' também nos dá elementos para esta análise já que existem em grande parte para justificar alguns tipos de investimentos. (processo de instalação da empresa, proposta/justificativa da empresa)⁶.

Outra questão é a da produção de conhecimentos técnicos específicos que tem se dado pela inserção na universidade pública, nos cursos corporativos que são montados dentro das próprias empresas, a inserção nas faculdades particulares.

O desenvolvimento de técnicas de plantio e tratamento do eucalipto que permitem um maior controle da produção e cada vez menos mão de obra. Por exemplo a retirada da vegetação que cresce em torno do eucalipto (e precisa ser retirada) é cada vez mais feita com a aplicação de veneno, dispensando trabalhadores.

Resistências

O território capixaba é, assim, marcado pelas ambigüidades trazidas pelo discurso do desenvolvimento que gera milhões de dólares para as empresas e que, ao mesmo tempo, tem sido o vetor de empobrecimento das populações locais – seja material ou culturalmente. Esta visibilidade está ainda muito a flor da pele no estado pois o entorno destes grandes projetos "ainda" não é densamente urbanizado e portanto os enormes sistemas de

⁶ - A empresa Aracruz Celulose está em uma campanha publicitária com a frase "Você pode nem perceber mas a Aracruz está no dia-a-dia da gente", cujo intuito é afirmar as múltiplas inserções da empresa na sociedade capixaba, direta ou indiretamente.

engenharia aparecem como rasgos, feridas. Também podemos considerar desta maneira as vastas extensões de eucalipto plantadas pela Aracruz Celulose, já que são ciência e técnica aplicada ao território e monitoradas por sistemas de informação. O entorno é praticamente morto (fauna, flora, água tendem a desaparecer).

A partir de alguns trabalhos de campo pudemos ver de maneira bastante explícita a brutalidade do contato do "grande capital" com comunidades quilombolas e indígenas, de agricultores. Mas também foi possível ver a resistência de maneira explícita e o quanto há poder nesta resistência. E ainda, as estratégias político-territoriais de quem tem uma certa flexibilidade de movimentação pelo território e consegue ocupar áreas (MST); caminhar entre os eucaliptos sem se perder (índios e quilombolas); cultivar produtos orgânicos onde, por toda parte, avança o eucalipto (praticamente todo científico e impregnado de venenos de vários tipos) (MPA – Movimento do Pequenos Agricultores).

Isto possibilita manifestações que, em geral, vão direto ao problema maior: ocupação de terras, derrubada de eucaliptos para mostrar o absurdo de não haver terra para agricultura (só para citar os casos em que as manifestações envolvem concretamente o território).

Sua força, portanto, reside justamente em ter um conhecimento ancestral sobre o território ou um conhecimento dos ritmos da natureza (MPA, MST) ou os dois, que permite circular no território de outras formas e com outras finalidades. Por isso, procuramos compreender de que formas as comunidades locais se apropriam (ou não) dos objetos técnico-científicos.

* * * * *

Hoje, pode-se dizer, que uma boa parte da população mundial tem consciência de que os territórios não podem ser apropriados por apenas alguns grupos hegemônicos (econômicos e políticos), pois desta forma o próprio mundo torna-se inviável.

Os debates, tão correntes, sobre sustentabilidade, manejo, reservas, têm, muitas vezes, mascarado as ações das empresas. Apesar de haver debates sérios sobre estas questões, elas ainda carecem de aportes geográficos, entre outros, para serem realmente voltadas para o bem estar do ser humano e não do capital.

As empresas organizam o território para seu usufruto e tendem a excluir cada vez mais a população ou a condicioná-la. Isto determina, com diferentes graus de intensidade, a organização da produção, do comércio, do trabalho, isto é, os poderes locais estão submetidos a esta lógica corporativa. Na verdade, todo o discurso organizacional das empresas é para a população local um fator de desorganização. Nas palavras de Milton Santos (2000): *A presença de empresas globais no território é fator de desorganização.*

As redes que são compostas por fixos e fluxos e permitem a circulação de matéria e informação. Mas é preciso ressaltar, como nos alerta Milton Santos:

"Mas a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que freqüentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade uma mera abstração." (Milton Santos, 1996, p.209)

As redes têm aparecido em muitos estudos com o nome de "logística", mas que preferimos ver como política territorial pautada na busca incessante do lucro, acrescidas de seus usos pelas diferentes comunidades. Isto vai nos dar as zonas de contato entre o que é imposto e as diferentes formas de uso.

REFERÊNCIAS

- ABE, André Tomoyuki. *Grande Vitória, E.S.: Crescimento e Metropolização*. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- CAMPOS JR., Carlos Teixeira de. *A construção da cidade*. Formas de produção imobiliária em Vitória. Ilha de Vitória, Flor&Cultura Editores, 2002.
- CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira de. *O Novo Arrabalde*. Vitória, PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.
- DALCOMUNI, Sônia Maria. *A implantação da Aracruz Celulose no ES: principais interesses em jogo*. Itaguaí, RJ, 1990. Mestrado.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização. Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1999.
- MATTELART, Armand - *Comunicação Mundo. História das idéias e das estratégias*. Vozes, Petrópolis, Coleção Horizontes da Globalização, 1994. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. (Edição original em francês: *La communication-monde: histoire des idées et des stratégies*, 1991)
- MORAES, Cícero. *Geografia do Espírito Santo*. Vitória. Fundação Cultural do Espírito Santo, 1974.
- PETRONE, Pasquale. *Aspectos geográficos da área de colonização antiga do Estado do Espírito Santo*. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1962.
- PIRES DO RIO, Gisela Aquino. Estrutura organizacional e reestruturação produtiva: uma contribuição para a geografia das corporações. Revista **Território**, Ano III, n., pp.51-66.jul/dez, 1998.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres - "Matéria e Espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação". In: PIQUET, Rosélia e RIBEIRO, Ana Clara Torres *Brasil, Território da Desigualdade. Descaminhos da Modernização*. Zahar, Rio de Janeiro, 1991. (pp. 44-55)
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda Viagem ao Interior do Brasil: Espírito Santo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936.
- _____. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte, Itatiaia.
- SANTOS, Milton - "O Retorno do Território". In: SANTOS, et alli (orgs) *Território Globalização e Fragmentação*. São Paulo, HUCITEC/ANPUR. 1994 (pp 15-20)
- SANTOS, Milton - "Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência". In: *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, nº 21, Agosto de 1996 (pp. 7-14)
- SANTOS, Milton - *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. HUCITEC, São Paulo, 1996.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo, HUCITEC, 1978.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. Revista *Território*, ano IV, n.6, jan/jun, 1999. p. 21-28.